

Artigo

Interfaces entre Sociologia e Educação: saberes, práticas e políticas públicas

*Sandro Adams**
*Roberta do Prá Alano***

Resumo

Em sua primeira edição semestral no modo fluxo contínuo, a revista Perspectivas Sociais dedica-se à temática “*Interfaces entre Sociologia e Educação: saberes, práticas e políticas públicas*”. As contribuições refletem um esforço coletivo de pensar a educação para além de suas funções normativas e institucionalizadas, problematizando os modos pelos quais indicadores de gênero, raça, classe, território e geração estruturam experiências de ensino e aprendizagem. Esta edição articula temas como a feminização da pobreza e as políticas de transferência de renda; as práticas sindicais e conferências de educação como arenas políticas; os desafios da orientação acadêmica e da formação docente; o papel da Filosofia e da Antropologia nos currículos escolares; os sentidos coletivos de parentesco em sociedades africanas; e os efeitos das ações afirmativas no ensino superior. Trata-se de um conjunto de pesquisas que tensiona fronteiras disciplinares e promove um diálogo profícuo entre diferentes tradições teóricas e experiências locais.

Palavras-chave: Sociologia. Educação. Saberes.

Interfaces between Sociology and Education: knowledge, practices and public policies

Abstract

In its first semiannual continuous-flow issue, the journal Perspectivas Sociais dedicates to the theme "Interfaces between Sociology and Education: knowledge, practices, and public policies." Contributions of the articles reflect a collective effort to think about education beyond its normative and institutionalized functions, problematizing the ways in which indicators from gender, race, class, territory, and generation structure teaching and learning experiences. This issue articulates topics such as the feminization of poverty and income transfer policies; union practices and education conferences as political arenas; challenges of academic advising and teacher training; the role of Philosophy and Anthropology in school curriculum; the collective senses of kinship in African societies; and the effects of affirmative action in higher education. This set of researches tensions disciplinary boundaries and promotes a fruitful dialogue between different theoretical traditions and local experiences.

Keywords: Sociology. Education. Knowledge.

** Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: sandroadams@gmail.com*

*** Mestranda em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: roberta.alano@ufpel.edu.br*

A educação constitui um campo privilegiado de interesse sociológico, na medida em que condensa disputas em torno da produção, circulação e legitimação de saberes, bem como tensões relacionadas à formação de identidades, à formulação de políticas públicas e à reprodução das desigualdades sociais. A presente edição da Perspectivas Sociais, revista discente vinculada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas (PPGS/UFPel), sob o título “*Interfaces entre Sociologia e Educação: saberes, práticas e políticas públicas*”, reúne artigos que investigam diferentes dimensões da experiência educacional nos contextos brasileiro, latino-americano e africano. É por meio do diálogo com a teoria da interseccionalidade, com os estudos decoloniais, com os debates sobre representação e identidade cultural, entre outros, que os artigos aqui apresentados discutem modos como as relações de poder atravessam os espaços educativos e moldam práticas pedagógicas, subjetividades e políticas institucionais.

Uma primeira perspectiva no campo da Sociologia da Educação tem se orientado por concepções que vinculam o ato de educar à socialização metódica das novas gerações. Nesse caso, a educação se apresenta como um instrumento das gerações adultas para formar nas crianças um ideal comum de ser humano, necessário à manutenção da coesão e da homogeneidade social. Esse processo, concebido como uma ação dirigida e hierarquizada, molda o indivíduo segundo as exigências morais e normativas da sociedade, especialmente em um momento de transição das sociedades tradicionais para as urbano-industriais. Aqui, cabe à escola exercer um papel disciplinador e controlar a influência das famílias e do meio social para assegurar que a formação da criança ocorra em sintonia com os interesses coletivos. A autoridade do professor, a passividade esperada do aluno e a padronização dos conteúdos foram justificadas como mecanismos necessários para preservar a ordem social diante das ameaças do individualismo e da fragmentação moral.

Outro olhar observa as dinâmicas de socialização e educação sob uma perspectiva crítica, ampliando o debate sobre o papel da escola e da família na reprodução das estruturas sociais. A educação deixa de ser entendida como um processo neutro de transmissão de saberes e passa a ser concebida como prática social situada, atravessada por relações de poder, desigualdades de capital cultural e estratégias de distinção. A escola, ao invés de corrigir as assimetrias sociais, frequentemente as reforça, operando com critérios aparentemente universais que, na verdade, privilegiam disposições já adquiridas em contextos familiares específicos. Nesse enquadramento, a socialização aparece não como sinônimo de educação, mas como processo formador de identidades e pertencimentos, que pode excluir tanto quanto incluir, normatizar tanto quanto emancipar.

Embora essas formulações devam ser compreendidas no contexto histórico em que foram produzidas - quando se buscava proteger a sociedade contra os efeitos desagregadores do individualismo moderno -, elas se distanciam de muitas das concepções educativas valorizadas contemporaneamente. Hoje, diferentes pesquisas no campo da educação contestam essas concepções centradas na homogeneização e na autoridade unilateral. Em oposição à ideia de uma socialização disciplinadora e uniforme, diversas abordagens pedagógicas valorizam a complexidade de experiências, os diferentes ritmos de aprendizagem e a construção ativa do conhecimento por parte dos estudantes. A centralidade do professor como único agente da aprendizagem dá lugar a uma compreensão mais relacional e dialógica da ação educativa, orientada à autonomia, ao pensamento crítico e à pluralidade.

Apoiadas nessa realidade, as contribuições reunidas nesta edição refletem um esforço coletivo de repensar a educação para além de suas funções normativas e institucionalizadas, ao problematizarem as formas pelas quais questões relacionadas a gênero, raça, classe, território e geração atravessam e estruturam as experiências de ensino e aprendizagem. Os trabalhos articulam temas diversos, como a pobreza entre mulheres e as políticas de transferência de renda; as práticas sindicais e as conferências de

educação como espaços de disputa política; os desafios da orientação acadêmica e da formação docente; o lugar da Filosofia e da Antropologia nos currículos escolares; os sentidos coletivos de parentesco em sociedades africanas; e os efeitos das ações afirmativas no ensino superior. Trata-se de um conjunto de pesquisas que tensiona fronteiras disciplinares e fomenta um diálogo fecundo entre distintas tradições teóricas e realidades locais.

No ano em que se comemora o 50.º aniversário das independências dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), com exceção da Guiné Equatorial, abrimos esta edição com o texto “*Explorando os Desafios e Horizontes da Sociologia nos Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP)*”, de Rodrigo de Souza Pain, Rodrigo de Assis Fernandes e Douglas Barbosa Lopes. O artigo aponta para os principais desafios enfrentados na consolidação da Sociologia enquanto campo de conhecimento nos contextos acadêmico e escolar dos Países Africanos de Língua Portuguesa. Com base em bibliografias especializadas e em entrevistas realizadas com docentes e com estudantes africanos, a pesquisa se inspira em uma perspectiva decolonial para problematizar a hegemonia eurocêntrica na produção do saber. Desse modo, os autores destacam obstáculos estruturais e epistemológicos, como a escassez de recursos, a precariedade das infraestruturas, as barreiras linguísticas e a persistência da colonialidade do conhecimento. Frente a esse cenário, defendem a importância da cooperação internacional pautada pela ética ubuntu, que valoriza a troca de experiências e o fortalecimento das redes solidárias.

Em seguida, abordamos a desigualdade de gênero na incidência desproporcional da pobreza sobre as mulheres no Brasil a partir do artigo “*Feminização da Pobreza no Brasil: Papel do Bolsa Família*”, de Arantxa Carla da Silva Santos. O texto analisa o papel das políticas públicas brasileiras na mitigação da pobreza, com ênfase na perspectiva de gênero,

destacando as condições específicas enfrentadas pelas mulheres em situação de vulnerabilidade econômica. Ancorada no conceito de feminização da pobreza, a autora utiliza dados do Índice de Feminização da Pobreza da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e do Programa Bolsa Família, por meio da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD), para compreender as dinâmicas de inclusão social promovidas por esses programas. O estudo ressalta que, embora as políticas de transferência de renda incluam a questão de gênero, ainda há desafios quanto à incorporação das vozes das mulheres beneficiadas, de modo a evitar a reprodução de papéis sociais tradicionais que atribuem às mulheres maior responsabilidade na superação da pobreza. Segundo Santos (2025), “é importante fornecer às mulheres acesso a oportunidades econômicas, assim como a autonomia necessária para aproveitá-las, pois dessa forma é possível vislumbrar a erradicação da pobreza no Brasil, e por consequência, alcançar a equidade de gênero”.

O terceiro texto, nomeado “*Caderno de Resoluções da VI Conferência Estadual de Educação da APP – Sindicato: possibilidades reflexivas a partir do conceito de interseccionalidade*”, de Leonir Borges, realiza uma análise crítica das deliberações da referida conferência, realizada em 2014, cujo tema central foi “A Educação Pública que Queremos: Propostas dos/as Trabalhadores/as em Educação para o Próximo Governo”. O autor utiliza o conceito de interseccionalidade para refletir sobre o Eixo 5 da Conferência - Inclusão, Diversidade e Igualdade -, temas amplamente debatidos pelos conferencistas dos 29 núcleos regionais da APP, que representam cerca de 70 mil trabalhadores da educação pública do Paraná. O artigo interpreta o Caderno de Resoluções como um manifesto contra práticas excludentes e não emancipatórias, reafirmando a defesa de uma educação pública que valorize a vida, que seja laica, inclusiva e respeitosa da dignidade humana.

O quarto artigo, intitulado “*Reflexões sobre aulas aos sábados: desafios e alternativas para o ensino superior*”, de autoria de Raphael Weber Silva Rocha, Estér de Souza Batista Correa e Gênesis Guimarães Soares,

dedica-se a analisar os impactos da realização de aulas aos sábados no cotidiano de estudantes do ensino superior, com foco em uma instituição privada localizada em Vitória da Conquista, na Bahia. A pesquisa, de caráter quanti-qualitativo, baseou-se na aplicação de um questionário com questões objetivas e discursivas, e revelou que os principais desafios enfrentados pelos estudantes envolvem a interferência nas atividades de lazer, nos vínculos familiares, bem como dificuldades de transporte e infraestrutura inadequada das salas de aula. Ao refletirem sobre essas questões, os autores propõem alternativas metodológicas que busquem minimizar tais efeitos, como a adoção de atividades em formato de sarau, capazes de promover um ambiente mais dinâmico, participativo e culturalmente sensível. A proposta sugere que práticas pedagógicas inovadoras podem contribuir para equilibrar as exigências acadêmicas e o bem-estar dos estudantes, especialmente daqueles que enfrentam múltiplas jornadas e desafios socioeconômicos no cotidiano universitário.

Com foco nas disputas em torno da produção do conhecimento, o texto *“Filosofia e Decolonialidade no Contexto Educacional Latino-Americano”*, de Priscila Mendes Pereira, propõe uma análise sobre a permanência do eurocentrismo nos currículos escolares e universitários. A autora parte das contribuições de Enrique Dussel e de outros pensadores decoloniais para demonstrar como a colonialidade do saber estrutura as práticas educativas, negligenciando epistemologias afro-brasileiras, indígenas e latino-americanas. A partir do estudo acerca de documentos curriculares de organizações públicas e de instituições privadas, o artigo evidencia o descompasso entre a legislação educacional brasileira — especialmente as Leis 10.639/03 e 11.645/08 — e a efetiva inserção de saberes historicamente marginalizados. A descolonização do ensino é apresentada como condição para a construção de uma pedagogia plural, crítica e comprometida com a superação da dependência cultural herdada do colonialismo. Para Pereira (2025, p.15), essa abordagem “demonstra a urgência de repensar os currículos escolares e acadêmicos, incorporando perspectivas que valorizem as

narrativas e experiências do sul global”, o que requer não somente a atualização dos conteúdos, como o fortalecimento de práticas pedagógicas comprometidas com a decolonialidade e com as culturas locais.

A experiência moçambicana no ensino superior é examinada no artigo *“Desafios e Perspectivas na Orientação de Dissertações e Monografias nas Universidades Moçambicanas: um estudo na província de Gaza”*, de António Ernesto Mutumane e Alfeu Paulo Bila. A partir de uma pesquisa qualitativa com base em revisão bibliográfica e em 400 entrevistas semiestruturadas com docentes e com estudantes de seis instituições (públicas e privadas), os autores identificam entraves estruturais, institucionais e pedagógicos que comprometem a qualidade da orientação acadêmica. Segundo Mutumane e Bila (2025, p. 25), “foram relatadas práticas desrespeitosas e autoritárias no relacionamento orientador-orientando”, o que compromete não apenas o desenvolvimento acadêmico dos estudantes, mas também sua formação ética e humana. Além disso, os autores identificam outros entraves estruturais que afetam a qualidade da orientação, como a escassez de recursos técnicos, a sobrecarga docente e a limitada internacionalização dos programas de pós-graduação. O artigo defende a urgência de reformas que promovam maior integridade acadêmica, qualificação docente e valorização da ética no processo formativo, com o objetivo de fortalecer o ensino superior moçambicano por meio de práticas mais dialógicas, inclusivas e comprometidas com a excelência.

Ainda no debate sobre os fundamentos que sustentam práticas pedagógicas mais dialógicas, o artigo de Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos Santos, intitulado *“Antropologia e Educação: um diálogo necessário”*, propõe uma articulação entre os campos da Antropologia e da Educação, com o objetivo de ampliar a compreensão sobre os processos formativos em contextos de diversidade sociocultural. O autor defende que, ao lançar luz sobre os sentidos atribuídos à aprendizagem em diferentes comunidades, a Antropologia oferece subsídios teóricos e metodológicos fundamentais para o desenvolvimento de práticas educacionais mais

sensíveis às especificidades locais e às múltiplas formas de conhecimento. Segundo Dos Santos (2025, p.4), “reconhecer a história desse diálogo é fundamental para superar estigmas e preconceitos e promover uma compreensão mais profunda das questões de diversidade e diferença no campo da educação”. Ao considerar as escolas como espaços de produção cultural, o autor defende a importância de uma formação docente que reconheça as múltiplas dimensões da experiência educacional e que promova uma pedagogia atenta às diferenças.

Essa perspectiva interdisciplinar se desdobra também no estudo desenvolvido por Elizangela Mattozo e Cibele Krause Lemke em “*Formação e Identidade Profissional: percursos de alunos de Letras Espanhol na construção do ser docente*”, que investiga os caminhos percorridos por estudantes na construção de sua identidade profissional. Mattozo e Lemke (2025) destacam que o processo de formação docente e a construção da identidade profissional no curso de Letras se desenvolvem em duas fases distintas: a primeira metade do curso é voltada à aquisição de conhecimentos linguísticos e estruturais, enquanto a segunda enfatiza a formação pedagógica. Essa organização curricular reflete-se nas percepções dos estudantes, cujas respostas indicam que sua identidade profissional é constituída a partir da articulação entre o domínio da língua e a prática docente. Apesar do reconhecimento da docência como eixo formativo, muitos estudantes expressam insegurança em relação à carreira docente. Segundo as autoras, essa hesitação está relacionada à instabilidade do ensino de língua espanhola como componente curricular e à desvalorização da profissão docente, fatores que desestimulam a dedicação à prática pedagógica e que comprometem o engajamento com a docência como projeto profissional.

O artigo ‘*Sem nós, não vale*’: parentesco, alambamento e o sentido coletivo do casamento Bakongo em Angola, de João Baptista Manuel, analisa as dimensões simbólicas e sociais do matrimônio no contexto Bakongo, com foco no alambamento como ritual de mediação entre famílias e expressão do pertencimento coletivo. Com base em pesquisa qualitativa, que inclui revisão

bibliográfica e relatos orais, o autor investiga as formas como as regras de parentesco moldam não apenas as estruturas familiares, mas, também, a cosmologia social que fundamenta o casamento como instituição coletiva. Em contraste ao modelo ocidental individualista e jurídico, o alambamento articula vivos e ancestrais, natureza e espiritualidade, situando o casamento no domínio do “nós” e não do “eu”. Manuel (2025) destaca que “a noção de muntu, essencial na filosofia bantu, reforça que a existência do indivíduo só se concretiza em relação à comunidade. Assim, o casamento sem a participação da família não tem legitimidade social”. O estudo contribui para o alargamento do debate sobre formas plurais de organização social e afetiva, em consonância com os demais trabalhos desta edição que tensionam categorias hegemônicas e valorizam epistemologias situadas.

A implementação de políticas públicas voltadas à permanência de grupos historicamente marginalizados no ensino superior constitui um desafio tão relevante quanto o próprio acesso. Encerrando esta edição, o artigo “*O Movimento Negro e as Cotas Raciais*”, de Marcelo Henrique de Sá, discute a centralidade das mobilizações do Movimento Negro na formulação e consolidação das políticas de ação afirmativa no Brasil, com ênfase nas cotas raciais para o ingresso de estudantes negros nas universidades públicas. A partir de uma revisão bibliográfica, o autor analisa como o engajamento político e intelectual do movimento foi decisivo para inserir o debate sobre reparação histórica e justiça social na agenda pública, com resistências e disputas simbólicas em torno do mérito e da igualdade. De acordo com De Sá (2025), ainda que as políticas de ação afirmativa, como a Lei de Cotas, tenham representado avanços significativos na democratização do ingresso nas universidades, permanece o obstáculo de garantir que esses estudantes concluam sua formação. Passados mais de dez anos desde a promulgação da Lei nº 12.711/2012, os efeitos positivos dessa política são inegáveis, sobretudo para a população negra. No entanto, a democratização do acesso ao ensino superior ainda não abarca uma parcela expressiva da juventude negra

brasileira, com limites estruturais e sociais que persistem mesmo diante de conquistas formais.

É nesse horizonte que se situam os textos reunidos nesta edição da *Perspectivas Sociais*, os quais exploram, sob diferentes ângulos e enfoques metodológicos, as múltiplas formas pelas quais a educação se articula com as disputas por reconhecimento, inclusão e justiça. Ao trazer à tona questões relacionadas às desigualdades escolares, aos sentidos atribuídos ao aprender, às práticas pedagógicas e aos modos de subjetivação em contextos diversos, os artigos aqui publicados contribuem para renovar o debate sobre os desafios da educação contemporânea, lançando luz sobre suas dimensões políticas, culturais e institucionais.

Por fim, convidamos a todas/os à leitura da revista *Perspectivas Sociais*, na forma de breves provocações, o que reafirma o compromisso editorial com a publicação de textos qualificados sobre os inúmeros desafios contemporâneos pesquisados pela Sociologia.

***Sandro Adams** é doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas (PPGS/UFPel). Graduado em Filosofia pelo Instituto Superior de Filosofia Berthier (IFIBE).

Contato: sandroadams@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4663997050702569>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2045-1648>

****Roberta do Prá Alano** é mestranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Bacharela em Ciências Sociais pela UFPel com mobilidade acadêmica para o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.

Contato: roberta.alano@ufpel.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3873383247910370>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-7855-4277>

Como citar este texto: ADAMS, Sandro; ALANO, *Roberta do Prá*. Saberes e identidades nos desafios educacionais. **Perspectivas Sociais**, Pelotas, vol. 11, nº 01, e1129494, 2025.

Referências bibliográficas

BORGES, Leonir. **Caderno de resoluções da VI conferência estadual de educação da APP – SINDICATO**: possibilidades reflexivas a partir do conceito de interseccionalidade. **Perspectivas Sociais**, Pelotas, vol. 11, nº 01, e1127600, 2025.

DE SÁ, Marcelo Henrique. O Movimento Negro e as cotas raciais. **Perspectivas Sociais**, Pelotas, vol. 11, nº 01, e1127596, 2025.

MANUEL, João Baptista. ‘Sem nós, não vale’: parentesco, alambamento e o sentido coletivo do casamento Bakongo em Angola. **Perspectivas Sociais**, Pelotas, vol. 11, nº 01, e1127569, 2025.

MATTOZO, Elizangela Mattozo; KRAUSE-LEMKE, Cibele. Formação e identidade profissional: percursos de alunos de letras espanhol na construção do ser docente. **Perspectivas Sociais**, Pelotas, vol. 11, nº 01, e1127645, 2025.

MUTUMANE, António Ernesto; BILA, Alfeu Paulo. Desafios e perspectivas na orientação de dissertações e monografias nas universidades moçambicanas: um estudo na província de Gaza. **Perspectivas Sociais**, Pelotas, vol. 11, nº 01, e1127601, 2025.

PAIN, Rodrigo de Souza; FERNANDES, Rodrigo de Assis; LOPES, Douglas Barbosa. Explorando os Desafios e Horizontes da Sociologia nos Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP). **Perspectivas Sociais**, Pelotas, vol. 11, nº 01, e1126914, 2025.

PEREIRA, Priscila Mendes. Filosofia e decolonialidade no contexto educacional latino-americano. **Perspectivas Sociais**, Pelotas, vol. 11, nº 01, e1127618, 2025.

ROCHA, Raphael Weber Silva; CORRÊA, Ester de Souza Batista; SOARES, Gênesis Guimarães. Reflexões sobre aulas aos sábados: desafios e alternativas para o ensino superior. **Perspectivas Sociais**, Pelotas, vol. 11, nº 01, e1126906, 2025.

SANTOS, Arantxa Carla da Silvas. Feminização da Pobreza no Brasil: papel do Bolsa Família. **Perspectivas Sociais**, Pelotas, vol. 11, nº 01, e1128242, 2025.

SANTOS, Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos. Antropologia e educação: um diálogo necessário. **Perspectivas Sociais**, Pelotas, vol. 11, nº 01, e1126818, 2025.